

FUNDAÇÃO ESTATAL SAÚDE DA FAMÍLIA

EDITAL N.º 01 DE 19 DE JUNHO DE 2026.

26º PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA PARA ATUAR COMO APOIADOR(A) PEDAGÓGICO(A) DO CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA NO TRABALHO EM SAÚDE, DO PROJETO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DA DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE (DGTES) DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA (SESAB), EM PARCERIA COM A FUNDAÇÃO ESTATAL SAÚDE DA FAMÍLIA (FESF-SUS).

A FUNDAÇÃO ESTATAL SAÚDE DA FAMÍLIA (FESF-SUS), no uso de suas atribuições legais, torna públicas, por meio deste instrumento de divulgação, as normas do processo de seleção pública simplificada para as vagas de Apoiador(a) Pedagógico(a) para atuar como bolsistas no Curso de Atualização em Promoção da Equidade de Gênero, Raça e Etnia no Trabalho em Saúde, do Projeto de Educação Permanente da Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (DGTES) da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), vinculado à Superintendência de Recursos Humanos (SUPERH) da SESAB, por meio do Contrato n.º 01/2025, celebrado entre a SESAB e a FESF-SUS, mediante os termos e condições deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

1.1 O presente Edital divulga a abertura das inscrições e estabelecimento das normas do Processo de Seleção Pública Simplificada de Bolsistas para atuar como **Apoiador(a) Pedagógico(a) e formação de cadastro de reserva**, com vistas à necessidade de compor a equipe do Curso de Atualização em Promoção da Equidade de Gênero, Raça e Etnia no Trabalho em Saúde, do Projeto de Educação Permanente da DGTES da SESAB, vinculado à SUPERH da SESAB, por meio do Contrato n.º 01/2025, celebrado entre a SESAB e a FESF-SUS, mediante os termos e condições deste Edital.

1.1.1 A relação estabelecida por meio da bolsa do Projeto de Educação Permanente da DGTES/SESAB é exclusivamente voltada para o desenvolvimento de atividades no âmbito do Projeto supracitado, sem implicar qualquer vínculo formal de emprego ou obrigação trabalhista.

1.1.2 A Seleção em questão não gera qualquer tipo de vínculo empregatício com a FESF-SUS, seja de natureza estatutária, celetista ou temporária, cuja vigência estará

atrelada ao período indicado no **subitem 1.10** deste Edital.

1.2 As atividades serão na modalidade híbrida (on-line e presencial), com atividades presenciais realizadas nos Núcleos Regionais de Saúde (NRS) e nas Bases Regionais de Saúde (BRS), previamente agendadas pela coordenação do Projeto, que serão realizadas no âmbito do Estado da Bahia, nos termos dos ANEXOS I e II.

1.2.1 O(A) candidato(a) convocado(a) deverá possuir disponibilidade obrigatória para participar das oficinas pedagógicas de formação, incluindo a Oficina de Alinhamento Docente, com carga horária de 2 (duas) horas, atuar no módulo respectivo sob sua responsabilidade, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas, visando ao alinhamento consoante aos objetivos do curso, além de participar integralmente dos encontros síncronos remotos com os Discentes.

1.2.2 É desejável que o(a) candidato(a) convocado(a) possua habilidade para utilização de computadores e disponha de recursos ágeis de conectividade com a internet, ferramentas de e-mail, fórum, chat e correlatos.

1.3 Os candidatos interessados em participar da presente Seleção deverão observar o(s) Requisito(s) Básico(s) indicado(s) no **ANEXO IV** deste Edital, as normas internas da FESF-SUS e da SESAB, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde e a legislação do Sistema Único de Saúde, sob pena de eliminação do certame.

1.4 O Processo de Seleção Pública Simplificada será executado pela FESF-SUS, por meio da Comissão Permanente de Coordenação de Processos de Seleção Simplificada para Contratação Por Prazo Determinado, Seleção Interna entre os Trabalhadores de Carreira e Concessão de Bolsas de Ensino e Pesquisa, constituída e nomeada pela Diretoria Geral por meio do Ato Administrativo n.º 121/2024, publicado no site institucional da FESF-SUS (www.fesfsus.ba.gov.br) e no Diário Oficial do Estado da Bahia.

1.5 O Processo de Seleção Pública Simplificada será constituído por duas etapas: **Etapa 01 – Requisito(s) Básico(s)** (eliminatória) e **Etapa 02 – Análise Curricular** (classificatória e eliminatória), conforme **itens 4 e 5** deste Edital. A Análise Curricular dar-se-á **exclusivamente** a partir dos documentos comprobatórios recebidos através do **respectivo e-mail abaixo**, com as devidas informações no Formulário de Inscrição, além da comprovação do(s) **Requisito(s) Básico(s) para inscrição**, em sua integralidade, conforme **ANEXO IV** deste Edital:

BOLSA	E-MAIL
Apoiador(a) Pedagógico(a)	ap.cursoequidade@fesfsus.ba.gov.br

1.6 A Etapa 02 (Análise Curricular) possui pontuação máxima de 100 pontos.

1.7 Para fins de concessão de bolsa, será observada a Deliberação do Conselho

Curador FESF-SUS n.º 100, da reunião extraordinária de n.º 13, de 03 de novembro de 2014, e suas alterações.

1.8 O(A) Apoiador(a) Pedagógico(a), perceberá bolsa no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), em consonância com o art. 7º, inciso IV alínea “c”, disposto no Anexo I do Ato Administrativo n.º 091/2019-DE.

1.19 A bolsa de ensino e pesquisa, objeto deste Edital, poderá ser cancelada a qualquer momento, conforme Anexo I, art. 16º, Ato Administrativo n.º 091/2019 – DE da FESF-SUS.

1.10 O prazo de validade do processo seletivo será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a ser contado a partir da homologação do Resultado Final, limitando-se à vigência do Projeto de Educação Permanente da DGTES/SESAB.

1.11 O(A) candidato(a) classificado(a) dentro das vagas disponíveis será listado(a) como aprovado(a) na divulgação do resultado final e será convocado(a) dentro da validade do certame. Os demais candidatos classificados irão compor o cadastro de reserva, podendo ser convocados durante o período de vigência do presente processo seletivo, caso haja necessidade, nos termos do **subitem 1.10** deste Edital.

1.12 O(A) Apoiador(a) Pedagógico(a) deverá ter disponibilidade de carga horária, conforme o **ANEXO III** deste Edital, declarada em formulário específico enviado pelo Núcleo de Gestão de Pessoas (NUGEP) no momento da convocação para assinatura do Termo de Concessão de Bolsa, sob pena de eliminação do certame.

1.13 O cronograma para a realização das atividades propostas, conforme **ANEXO II** deste Edital, será disponibilizado pela coordenação do Projeto.

2. DAS ATIVIDADES E VALOR DA BOLSA.

2.1 As atividades e o valor da bolsa de Apoiador(a) Pedagógico(a) estão previstas no referido Projeto e destacadas nos **ANEXOS II e IV** deste Edital.

3. DAS VAGAS E INSCRIÇÕES.

3.1 As vagas para a bolsa de Apoiador(a) Pedagógico(a) estão dispostas no **ANEXO III** deste Edital.

3.1.1 Consideram-se vagas, ainda, aquelas que entrem em vacância, bem como as que venham a ser criadas dentro do prazo de validade da Seleção.

3.2 A inscrição do(a) candidato(a) neste Processo Seletivo, conforme estabelecido no **ANEXO VIII** (Cronograma Previsto), será realizada **a partir do dia 19 de junho de 2026 até as 23h59 do dia 26 de junho de 2026**, em modalidade não presencial, exclusivamente através do respectivo *e-mail* citado no **subitem 1.5** deste Edital,

encaminhando o FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO, **devidamente preenchido digitalmente**, juntamente com o envio da documentação comprobatória das informações inseridas no Formulário de Inscrição, além da comprovação do(s) Requisito(s) Básico(s) para inscrição. Não serão aceitas inscrições presenciais na sede da Fundação Estatal Saúde da Família, via fax, Correios ou outra forma não especificada neste Edital.

3.2.1 Para realizar a inscrição o(a) candidato(a) deverá:

- a) Acessar o endereço eletrônico da FESF-SUS (www.fesfsus.ba.gov.br/processos-seletivos), através de um computador *desktop ou notebook*, utilizando apenas os navegadores *Mozilla FireFox* ou *Google Chrome*;
- b) Baixar o arquivo “FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO”, não realizar alterações (mudança estrutural, modificação do conteúdo, exclusão do conteúdo), digitar os dados nos campos correspondentes e encaminhar junto com os documentos comprobatórios da(s) Experiência(s) Profissional(is) e da(s) Formação(ões) Complementar(es) registrada(s), além da comprovação do(s) Requisito(s) Básico(s) para inscrição (**ANEXO IV**), para o respectivo *e-mail* citado no **subitem 1.5** deste Edital:
 - O Formulário de Inscrição está disponível na página do Processo Seletivo no *site* www.fesfsus.ba.gov.br/processos-seletivos para *download* e preenchimento: “Recrutamento e Seleção” > “Processos Seletivos” > Clicar no ícone “Processos Seletivos” > Selecionar o filtro “Inscrições Abertas” > Clicar no título da Seleção que deseja concorrer > Baixar o arquivo “Formulário de Inscrição”;
- c) Preencher de forma digital, transformar o Formulário de Inscrição, preferencialmente, para o formato **PDF** e encaminhar por *e-mail*, juntamente com os demais documentos orientados neste Edital;
- d) Nomear os arquivos que serão enviados, considerando os itens do BAREMA e Requisito(s) Básico(s) para inscrição. Os documentos deverão ser digitalizados e os arquivos poderão ser preferencialmente nomeados de acordo com a numeração dos itens do BAREMA, conforme orientação a seguir: antecedidos das letras RB (para Requisito Básico), EP (para Experiência Profissional) e FC (para Formação Complementar). Exemplo: EP Item 01 – “Nome da Instituição”; FC Item 01 – “Nome da Instituição”;
- e) Inserir no assunto do e-mail, necessariamente para identificação, o nome completo do(a) candidato(a). Exemplo: JOÃO SILVA E SILVA;
- f) Atentar-se à confirmação de recebimento do *e-mail* durante o período de inscrição.

3.2.1.1 Será sumariamente eliminado(a) o(a) candidato(a) que alterar (mudança

estrutural, modificação do conteúdo, exclusão do conteúdo) o Formulário de Inscrição disponível.

3.2.1.1 O(A) candidato(a) deverá guardar o *e-mail* de confirmação de recebimento, assim como o Formulário de Inscrição preenchido e seus respectivos documentos comprobatórios, até a finalização do certame.

3.3 Os documentos comprobatórios para inscrição deverão ser encaminhados de forma digital e **anexados como arquivo** no formato **PDF ou JPG**, através do respectivo *e-mail* citado no **subitem 1.5** deste Edital, específico para este processo seletivo.

3.3.1 Os documentos enviados no corpo do texto/corpo da mensagem do e-mail não serão analisados. Esses documentos devem ser anexados como arquivo, conforme subitem 3.3 deste Edital.

3.3.2 Não serão aceitos arquivos compartilhados e armazenados em nuvem.

3.4 Será desconsiderada toda e qualquer inscrição efetuada em desacordo com as normas deste Edital.

3.5 Ao efetivar a sua inscrição, o(a) candidato(a) manifesta concordância com todas as regras deste Processo Seletivo Simplificado, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.6 Ao realizar a sua inscrição, o(a) candidato(a) declara estar ciente e que consente à cessão dos seus dados para o Processo de Seleção Pública Simplificada da FESF-SUS, em acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

3.7 A FESF-SUS não se responsabiliza por *e-mails* não recebidos por problemas de ordem técnica dos computadores, arquivos corrompidos ou danificados, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como fatores outros que impossibilitem a transferência de dados pelos candidatos na tentativa de realizar a inscrição.

3.8 Não será analisado o Formulário de Inscrição que não contenha a identificação do(a) candidato(a), com nome completo e CPF ou RG.

3.9 Os documentos enviados no corpo do texto/corpo da mensagem do *e-mail* não serão analisados. Esses documentos devem ser anexados como arquivo, conforme **subitem 3.3** deste Edital.

3.9.1 Não serão aceitos arquivos compartilhados e armazenados em nuvem.

3.10 Encerrado o período de inscrições, o resultado será publicado após a Análise

Curricular, conforme o prazo estabelecido no Cronograma (**ANEXO VIII**) deste Edital. A pontuação será aferida a partir da análise dos documentos comprobatórios enviados, com base no BAREMA, de acordo com as informações inseridas no Formulário de Inscrição. Após a publicação do resultado de cada etapa, será assegurada a interposição de recurso, dentro do prazo estabelecido, conforme critérios especificados no **item 6** deste Edital. O resultado final e a homologação serão publicados em edital específico, no *site* da FESF-SUS (www.fesfsus.ba.gov.br/processos-seletivos).

3.11 Da inscrição para candidatos Travestis e Transexuais.

3.11.1 Em conformidade com o Decreto Estadual n.º 17.523, de 23 de março de 2017 e o art. 69 do Decreto Estadual n.º 15.805, de 30 de dezembro de 2014, os candidatos travestis e transexuais poderão solicitar no Formulário de Inscrição, a inclusão e uso do nome social na(s) etapa(s) do certame.

3.11.2 Do total de vagas ofertadas nesta Seleção Pública, bem como daquelas que vierem a ser criadas durante o seu prazo de validade, 2% (dois por cento) serão reservadas para candidatos travestis e transexuais, em consonância com os princípios constitucionais da igualdade material e da dignidade da pessoa humana, com as diretrizes da Portaria GM/MS n.º 230/2023 (Programa Nacional de Equidade no SUS).

3.11.3 Para concorrer às vagas reservadas, o(a) candidato(a) travesti ou transexual deverá:

- a) No ato da inscrição, declarar-se como travesti ou transexual no Formulário de Inscrição, manifestando o desejo de concorrer às vagas reservadas a essa categoria;
- b) Enviar por *e-mail*, juntamente com o Formulário de Inscrição devidamente preenchido e os respectivos documentos comprobatórios, cópia do documento:
 - i. de identidade ou certidão constando a retificação de prenome/gênero (nos termos do Provimento n.º 73/2018 do CNJ); **ou**
 - ii. documento oficial emitido por órgão público contendo a inclusão expressa do Nome Social.

3.11.4 Os candidatos inscritos nesta modalidade concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no certame.

3.11.5 A inobservância de qualquer das disposições do **subitem 3.11.3** acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal categoria, figurando apenas na lista de ampla concorrência.

3.11.6 Será considerado, em todas as publicações, o nome social dos candidatos travestis e transexuais.

3.11.7 Para fins de admissão e contratação, os registros cadastrais, sistemas e documentos de identificação interna da FESF-SUS observarão o direito ao uso do nome social, mantendo-se o nome civil apenas nas instâncias estritamente necessárias para a formalização jurídica do vínculo empregatício e obrigações acessórias, em estrita observância ao Decreto Estadual n.º 17.523/2017.

3.11.8 As vagas destinadas às pessoas travestis e transexuais que não forem providas por falta de candidatos aprovados e/ou classificados, ou por eventual desatendimento, por parte dos mesmos, dos critérios desta Seleção Pública Simplificada, serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados e/ou classificados da lista de ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação divulgada.

3.12 Da inscrição para candidatos com Deficiência.

3.12.1 Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para a presente Seleção Pública Simplificada para contratação por prazo determinado, concorrendo em igualdade de oportunidades com os demais candidatos, para provimento das vagas a que se refere este Edital, cujas atribuições sejam compatíveis com a sua deficiência, nos termos da legislação pertinente, bem como da Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989 e do Decreto n.º 3.298, 20 de dezembro de 1999 e respectivas alterações.

3.12.2 Pessoa com Deficiência (PcD) é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas ou nas categorias discriminadas no art. 2º da Lei Federal n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, no artigo 4º do Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações do Decreto Federal n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004, no §1º, do artigo 1º, da Lei Federal n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista) e no enunciado da Súmula n.º 377 do Superior Tribunal de Justiça (Visão monocular), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, caracterização das deficiências, elaborado pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho/Secretaria de Inspeção do Trabalho – Divisão de Fiscalização para Inclusão de Pessoas com Deficiência e Combate à Discriminação no Trabalho, ratificados pelo Decreto Federal n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009.

3.12.3 Do total de vagas destinadas para a presente Seleção, e das vagas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do certame, 5% (cinco por cento) ficarão reservadas aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência, desde que apresentem laudo médico (documento original ou cópia autenticada em cartório) atestando a espécie e o grau ou o nível da deficiência, preferencialmente com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de

Doenças (CID) e desde que haja compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência que possui, nos termos do disposto no Decreto Federal n.º 9.508, de 24 de setembro de 2018 e alterações posteriores.

3.12.3.1 Caso a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) resulte em número fracionário, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que a reserva não exceda 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas.

3.12.4 Para concorrer às vagas reservadas, o(a) candidato(a) com deficiência deverá:

- c) No ato da inscrição, declarar-se como Pessoa com Deficiência no Formulário de Inscrição, manifestando o desejo de concorrer às vagas reservadas a essa categoria;
- d) Enviar por *e-mail*, juntamente com o Formulário de Inscrição devidamente preenchido e os respectivos documentos comprobatórios, o laudo médico devidamente assinado e carimbado pelo(a) Médico(a), emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau/nível da deficiência, preferencialmente com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).

3.12.5 A apresentação do laudo é de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a).

3.12.6 A inobservância de qualquer das disposições dos **subitens 3.12.4 e 3.12.5** acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição.

3.16.7 A inscrição como Pessoa com Deficiência permitirá a continuidade do(a) candidato(a) na lista reservada a Pessoas com Deficiência, entretanto a perícia médica, quando da convocação, fará a constatação do enquadramento legal da deficiência declarada com os laudos apresentados.

3.12.8 A perícia será realizada por Médico(a) do Trabalho na clínica especializada indicada pela FESF-SUS:

- a) O(A) candidato(a) deverá comparecer à perícia médica munido de laudo circunstanciado que ateste a espécie e o grau de deficiência, preferencialmente com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência;
- b) Caso a perícia concluir pela inaptidão do(a) candidato(a), este poderá solicitar à FESF-SUS uma nova perícia, em até 2 (dois) dias, a contar da ciência do primeiro resultado, da qual, inclusive, poderá participar profissional indicado pelo(a) candidato(a) interessado(a);
- c) O novo laudo será divulgado não cabendo, desse mesmo laudo, qualquer recurso administrativo;
- d) Haverá perda do direito à reserva de vagas às pessoas com deficiência caso o

laudo pericial não considere o(a) candidato(a) com deficiência, ou caso não haja comparecimento do(a) mesmo(a) à perícia;

- e) O(A) candidato(a) inscrito(a) como Pessoa com Deficiência, que não for considerado(a) como deficiente pela perícia médica, caso aprovado(a) ou classificado(a) na seleção, figurará na lista de ampla concorrência.

3.12.9 O(A) candidato(a) que não comparecer à perícia médica na data e horário agendados figurará apenas na lista de ampla concorrência.

3.12.10 O laudo médico emitido por Médico(a) do Trabalho na clínica especializada indicada pela FESF-SUS terá validade somente para este Processo Seletivo.

3.12.11 O(A) candidato(a) que se autodeclarar como PcD no Formulário de Inscrição e não enviar laudo médico que comprove tal condição, não constará na lista de reserva de vagas para PcD, figurando apenas na lista de ampla concorrência.

3.12.12 O(A) candidato(a) que se autodeclarar como PcD no Formulário de Inscrição e tiver sua inscrição deferida, quando a perícia médica não constatar tal condição, será eliminado(a) da lista de reserva de vagas para PcD, figurando apenas na lista de ampla concorrência.

3.12.13 Será eliminado(a) do Processo Seletivo Simplificado o(a) candidato(a) inscrito(a) como Pessoa com Deficiência, cuja deficiência seja avaliada como incompatível com as atribuições das vagas pela perícia médica.

3.12.14 As vagas reservadas para pessoas com deficiência serão preenchidas por candidatos que tenham obtido a pontuação mínima necessária para classificação.

3.12.15 As vagas destinadas às pessoas com deficiência que não forem providas por falta de candidatos aprovados e/ou classificados, ou por eventual desatendimento, por parte dos mesmos, dos critérios desta Seleção Pública Simplificada, serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados e/ou classificados da lista de ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação divulgada.

3.13 Da inscrição para candidatos Negros (Pretos e Pardos).

3.13.1 Às pessoas negras (pretas e pardas) é assegurado o direito de inscrição para a presente Seleção, para contratação por prazo determinado, concorrendo em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento das vagas previstas neste Edital, conforme estabelecido na Lei Federal n.º 15.142, de 3 de junho de 2025, no Decreto n.º 12.536, de 27 de junho de 2025, na Instrução Normativa MGI n.º 23, de 25 de julho de 2023, e na Lei Federal n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

3.13.2 De acordo com a legislação vigente, será reservada cota de 25% (vinte e cinco por cento) das vagas para os candidatos que se autodeclararem negros (pretos ou pardos).

3.13.2.1 Caso a aplicação do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) resulte em número fracionário, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), e diminuído para o número inteiro imediatamente inferior quando a fração for inferior a 0,5, observados os critérios de proporcionalidade e alternância previstos na legislação federal vigente.

3.13.3 Para concorrer às vagas reservadas, o(a) candidato(a) deverá se autodeclarar, identificando-se no Formulário de Inscrição e no Formulário de Autodeclaração, como de Pessoa Negra, de cor preta ou parda, conforme as regras de aferição constantes na legislação vigente, manifestando, assim, o desejo de participar do certame nessa condição.

3.13.4 O(A) candidato(a) autodeclarado(a) poderá concorrer simultaneamente às vagas destinadas à ampla concorrência e às vagas reservadas, desde que atenda às respectivas condições.

3.13.5 A verificação da autodeclaração será realizada pela Comissão de Heteroidentificação Étnico-racial, nomeada e instituída pela Diretoria Geral por meio do Ato Administrativo n.º 322/2026, publicado no *site* institucional da FESF-SUS (www.fesfsus.ba.gov.br) e no Diário Oficial do Estado da Bahia.

3.13.5.1 A Comissão de Heteroidentificação Étnico-Racial realizará o procedimento complementar à autodeclaração dos candidatos, com o objetivo proteger o direito da população negra, garantindo que apenas os candidatos que se enquadrem nesse grupo étnico-racial sejam beneficiados pelas respectivas vagas reservadas.

3.13.5.2 Serão consideradas as características fenotípicas do(a) candidato(a) ao tempo de realização do procedimento de heteroidentificação étnico-racial, sendo vedado o uso de subterfúgios para simulação das características fenotípicas, sob pena de não validação da condição de Pessoas Pretas e Pardas (PPP).

3.13.6 O(A) candidato(a) que for classificado(a) no Processo Seletivo na condição de negro(a) será convocado(a), por meio de Ato Administrativo, para verificação presencial da autodeclaração junto à FESF-SUS e deverá comparecer na data, no horário e no endereço indicados no Ato de Convocação, para submeter-se à verificação da autodeclaração pela Banca de Heteroidentificação Étnico-racial.

3.13.7 O procedimento de heteroidentificação étnico-racial será filmado e fotografado e sua filmagem e fotografia serão utilizadas na análise de eventuais recursos interpostos contra a decisão da Banca de Heteroidentificação Étnico-racial.

3.13.7.1 O tratamento dos dados pessoais, incluindo a captação e utilização de imagem, será realizado conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), observando também os direitos de personalidade previstos na legislação civil e autoral, com garantia de segurança, privacidade e finalidade específica.

3.13.8 A partir da análise das características fenotípicas dos candidatos cotistas, a Banca de Heteroidentificação decidirá, por maioria absoluta de seus membros, acerca da convalidação da autodeclaração étnico-racial.

3.13.8.1 Será eliminado(a) da lista de reserva de vagas o(a) candidato(a) que:

- a) Não comparecer à verificação complementar da autodeclaração étnico-racial;
- b) Recusar-se a ser fotografado(a) ou filmado(a) na verificação complementar da autodeclaração étnico-racial;
- c) Não retirar acessórios que impeçam a visualização da face na verificação complementar da autodeclaração étnico-racial;
- d) Apresentar declaração falsa ou não seguir orientações da Comissão.

3.13.9 Na constatação da(s) hipótese(s) supracitadas, o(a) candidato(a) figurará apenas na lista de ampla concorrência e nas demais vagas reservadas sinalizadas no ato da inscrição, desde que atendida as respectivas condições exigidas, podendo ainda sofrer sanções penais, civis e administrativas, garantido o contraditório e ampla defesa.

3.13.10 Quando, por maioria absoluta, a Banca de Heteroidentificação constatar que o(a) candidato(a) não apresenta fenótipos compatíveis com o grupo étnico-racial tutelado, este(a) será eliminado(a) da lista de reserva de vagas destinadas às pessoas negras (pretas e pardas), passando a figurar apenas na lista de ampla concorrência e nas demais vagas reservadas indicadas no ato da inscrição, desde que atendidas as respectivas condições exigidas.

3.13.11 O resultado final somente será publicado após a realização da verificação presencial.

3.14 Da inscrição para candidatos Indígenas e Quilombolas.

3.14.1 Às pessoas indígenas e quilombolas é assegurado o direito de inscrição para a presente Seleção, para contratação por prazo determinado, concorrendo em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento das vagas a que se refere este Edital, conforme previsto na Lei Federal n.º 15.142, de 3 de junho de 2025, no Decreto n.º 12.536, de 27 de junho de 2025, e na Lei Federal n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

3.14.2 De acordo com a legislação vigente, será reservada cota de 3% (três por cento) das vagas para os candidatos que se autodeclararem indígenas e será reservada cota de 2% (dois por cento) das vagas para os candidatos que se autodeclararem quilombolas.

3.14.2.1 Caso a aplicação do percentual de 3% (três por cento) resulte em número fracionário, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), e diminuído para o número inteiro

imediatamente inferior quando a fração for inferior a 0,5, observados os critérios de proporcionalidade e alternância previstos na legislação federal vigente.

3.14.2.2 Caso a aplicação do percentual de 2% (dois por cento) resulte em número fracionário, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), e diminuído para o número inteiro imediatamente inferior quando a fração for inferior a 0,5, observados os critérios de proporcionalidade e alternância previstos na legislação federal vigente.

3.14.3 Para concorrer às vagas reservadas, o(a) candidato(a) deverá se autodeclarar, identificando-se Formulário de Inscrição e no Formulário de Autodeclaração, como Pessoa Índigena e/ou como Pessoa Quilombola, conforme regras de aferição constantes na legislação vigente, manifestando, assim, o desejo de participar do certame nessa condição.

3.14.4 O(A) candidato(a) autodeclarado(a) poderá concorrer simultaneamente às vagas destinadas à ampla concorrência e às vagas reservadas, sinalizadas no Formulário de Autodeclaração, desde que atenda às respectivas condições. As vagas reservadas que não forem preenchidas por falta de candidatos aptos serão destinadas aos demais candidatos, com estrita observância à ordem de classificação.

3.14.5 A verificação da autodeclaração será realizada pela Comissão de Heteroidentificação Étnico-racial, nomeada e instituída pela Diretoria Geral por meio do Ato Administrativo n.º 322/2026, publicado no *site* institucional da FES-FSUS (www.fesfsus.ba.gov.br) e no Diário Oficial do Estado da Bahia.

3.14.5.1 A Comissão de Heteroidentificação Étnico-Racial realizará o procedimento complementar à autodeclaração dos candidatos, com o objetivo proteger o direito da população indígena e da população quilombola, garantindo que apenas os candidatos que se enquadrem nesse grupo étnico-racial sejam beneficiados pelas respectivas vagas reservadas.

3.14.6 O(A) candidato(a) que for classificado(a) no Processo Seletivo na **condição de indígena** será convocado(a), por meio de Ato Administrativo, para envio da documentação comprobatória de pertencimento étnico, nos termos do **subitem 3.14.3** deste Edital, mediante a apresentação de:

- I. documento de identificação civil do(a) candidato(a), expedido por órgão público reconhecido na forma estabelecida na legislação, com indicação de pertencimento étnico; **e**
- II. declaração de comunidade indígena ou de instituição/organização representativa do grupo indígena que reconheça o pertencimento étnico, assinado por, no mínimo, três integrantes indígenas da respectiva etnia; **ou**

- III. comprovante de residência em comunidade indígena; **ou**
- IV. declaração expedida por escola indígena; **ou**
- V. declaração expedida por órgão de saúde indígena; **ou**
- VI. declaração expedida pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) ou pelo Ministério dos Povos Indígenas; **ou**
- VII. declaração expedida por órgão de assistência social; **ou**
- VIII. documento constante do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); **ou**
- IX. documento de natureza previdenciária.

3.14.7 O(A) candidato(a) que for classificado(a) no Processo Seletivo na **condição de quilombola** será convocado(a), por meio de Ato Administrativo, para envio da documentação comprobatória de pertencimento étnico, nos termos do **subitem 3.14.3** deste Edital, mediante a apresentação de:

- I. declaração que comprove o pertencimento étnico do(a) candidato(a), assinada por três lideranças ligadas à Associação da Comunidade, a qual deve estar constituída nos termos do art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, conforme o inciso I do art. 15 do Decreto nº 12.536; **e**
- II. certificação da Fundação Cultural Palmares que reconheça como quilombola a comunidade a qual o(a) candidato(a) pertence.

3.14.8 A partir da análise documental comprobatória de pertencimento étnico dos candidatos cotistas, a Banca de Heteroidentificação decidirá acerca da convalidação da autodeclaração étnico-racial.

3.14.9 Será eliminado(a) da lista de reserva de vagas o(a) candidato(a) que:

- a) Não enviar, dentro do prazo previsto no Ato de convocação, documentação comprobatória de pertencimento étnico;
- b) Apresentar declaração falsa.

3.14.10 Na constatação da(s) hipótese(s) supracitadas, o(a) candidato(a) figurará apenas na lista de ampla concorrência e nas demais vagas reservadas sinalizadas no ato da inscrição, desde que atendida as respectivas condições exigidas, podendo ainda sofrer sanções penais, civis e administrativas, garantido o contraditório e ampla defesa.

3.14.11 O resultado final somente será publicado após a realização da verificação documental.

3.15 A autodeclaração do(a) candidato(a) goza da presunção relativa de veracidade e terá validade no âmbito da FESF-SUS, restrita a este Processo Seletivo.

3.16 As vagas reservadas aos candidatos negros, indígenas ou quilombolas que não

forem providas por falta de candidatos aprovados e/ou classificados, ou por desatendimento aos critérios desta Seleção Pública Simplificada, serão prioritariamente remanejadas entre si, observando-se a seguinte ordem de prioridade:

- I. as vagas reservadas a candidatos quilombolas que não forem preenchidas serão destinadas, primeiramente, a candidatos indígenas aprovados;
- II. as vagas reservadas a candidatos indígenas que não forem preenchidas serão destinadas, primeiramente, a candidatos quilombolas aprovados;
- III. persistindo a ausência de candidatos habilitados nas hipóteses dos incisos I e II, as vagas remanescentes de quilombolas e indígenas serão remanejadas para os candidatos negros (pretos e pardos) aprovados;
- IV. as vagas reservadas a candidatos negros que não forem preenchidas serão remanejadas, de forma equitativa, entre candidatos indígenas e quilombolas aprovados.

3.16.1 Somente na total ausência de candidatos habilitados em todas as três listas de vagas reservadas para ações afirmativas descritas nos incisos supracitados, as vagas remanescentes serão preenchidas pelos candidatos da ampla concorrência, observada estritamente a ordem geral de classificação.

3.17 A Comissão de Heteroidentificação Étnico-racial se reserva ao direito de rever, a qualquer tempo, as informações e documentos apresentados pelo(a) candidato(a), considerando a modalidade pela qual concorreu e, havendo irregularidades insanáveis, tais como não atendimento às exigências do Edital que rege o Processo Seletivo ou demais normas aplicáveis, eliminar o(a) candidato(a), sem prejuízo de outras sanções cabíveis, garantida a possibilidade do contraditório e ampla defesa.

3.18 Na hipótese de constatação de fraude ou má-fé na prestação de declarações quanto à deficiência, à condição de negro, indígena ou quilombola, caso já tenha havido a admissão do(a) candidato(a), este(a) ficará sujeito(a) à anulação da sua admissão à FESF-SUS, e poderá sofrer sanções penais, civis e administrativas, garantida a possibilidade do contraditório e da ampla defesa.

4. DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO.

4.1 A seleção dos candidatos ocorrerá por meio de análise dos documentos encaminhados através do *e-mail* sinalizado no **subitem 1.5** deste Edital e das informações prestadas no Formulário de Inscrição preenchido digitalmente.

4.2 Na análise curricular será considerada e pontuada apenas a qualificação informada no Formulário de Inscrição e comprovada através dos documentos enviados no *e-mail*, citado no **subitem 1.5** deste Edital, o que possibilitará classificar os candidatos pelo número de pontos, conforme BAREMA constante do **ANEXO V**

deste Edital.

4.2.1 Os candidatos classificados serão listados em ordem decrescente de acordo com a pontuação alcançada.

4.3 Constarão no Edital de Resultado, após Análise Curricular, apenas os candidatos que atenderem integralmente ao(s) Requisito(s) Básico(s) constantes no **ANEXO IV** deste Edital e ao percentual de corte estabelecido, classificando-os neste Processo Seletivo conforme **subitem 4.4** deste Edital.

4.4 Etapas do Processo de Seleção:

- a) **Etapa 01** - Atender integralmente ao(s) Requisito(s) Básico(s), conforme **ANEXO IV** deste Edital. A documentação comprobatória do(s) Requisito(s) Básico(s), da(s) Experiência(s) Profissional(is) e da(s) Formação(ões) Complementar(es) deverá ser encaminhada junto ao Formulário de Inscrição, devidamente preenchido. Será imediatamente eliminado(a) do Processo Seletivo o(a) candidato(a) que não atender integralmente ao(s) Requisito(s) Básico(s).
- b) **Etapa 02** – Obter aproveitamento igual ou superior a **30% (trinta por cento)** do total da pontuação do conjunto de itens do BAREMA (**ANEXO V**) para a vaga de **Apoiador(a) Pedagógico(a)**. O(A) candidato(a) que obtiver aproveitamento inferior, será eliminado(a) do certame.

4.5 Não serão analisados documentos cujas informações não tenham sido inseridas no Formulário de Inscrição e não serão consideradas Experiências Profissionais e Formações Complementares citadas no Formulário de Inscrição, sem as devidas comprovações.

4.6 Não será analisado o Formulário de Inscrição não correspondente à referida seleção.

4.6.1 Não será analisado Formulário de Inscrição o qual a bolsa não corresponda ao respectivo *e-mail* sinalizado no **subitem 1.5** deste Edital.

4.7 Não serão aceitos, em hipótese alguma, documentos enviados fora do período, conforme Cronograma Previsto neste Edital (**ANEXO VIII**).

4.8 Os documentos comprobatórios que não estiverem de acordo com o(s) Requisito(s) Básico(s) e os respectivos itens do BAREMA não serão considerados e, conseqüentemente, não serão contabilizados nos referidos itens do BAREMA.

4.9 Não será considerado para fins de contabilização o documento que não pertença ao(à) candidato(a) inscrito(a) ou que contenha dados sensíveis de terceiros, como CPF, RG, laudos, exames e relatórios médicos. É de responsabilidade do(a) candidato(a) verificar o conteúdo dos documentos enviados para a inscrição.

4.10 Será considerado apenas o último e-mail enviado no período de inscrição que contenha o Formulário de Inscrição.

4.11 Não será considerado para análise o e-mail que contenha mais de um Formulário de Inscrição.

4.12 O cômputo dos itens da Experiência Profissional será realizado por dia.

4.13 Verificado o atingimento de pontuação máxima estabelecida para cada item do BAREMA, não serão contabilizadas as pontuações que ultrapassem o limite máximo do cômputo dos pontos previstos no respectivo item do BAREMA. No entanto, a pontuação excedente poderá ser utilizada como critério de desempate, conforme **subitem 4.16** deste Edital.

4.14 O cômputo da pontuação será realizado apenas por integrantes da Comissão de Processos de Seleção da FESF-SUS, designada por meio do Ato Administrativo n.º 121 de 15 de março de 2024, publicado no *site* institucional da FESF-SUS (www.fesfsus.ba.gov.br) e no Diário Oficial do Estado da Bahia.

4.15 À Comissão de Processos de Seleção incumbirá a conferência e o cômputo dos documentos comprobatórios enviados para o respectivo e-mail citado no **subitem 1.5**, em conformidade com os termos e prazos deste Edital

4.16 Havendo empate na pontuação, terá precedência, sucessivamente, o(a) candidato(a) que apresentar:

- a) Idade mais elevada;
- b) Maior tempo de experiência comprovada no item 1 da Experiência Profissional do BAREMA;
- c) Maior tempo de experiência comprovada no item 2 da Experiência Profissional do BAREMA.

4.16.1 Em caso de utilização dos critérios de desempate constantes nas **alíneas “b” e “c”** do **subitem 4.16** deste Edital, será considerado o período total comprovado para os itens correspondentes, mesmo que ultrapasse o limite de pontuação previsto no item do BAREMA.

5. DA ANÁLISE DOCUMENTAL.

5.1 As análises do(s) Requisito(s) Básico(s), da(s) Experiência(s) Profissional(is) e da(s) Formação(ões) Complementar(es) serão feitas pela Comissão de Processos de Seleção, conforme BAREMA (**ANEXO V**) deste Edital, e serão pontuadas somente a partir das informações prestadas no Formulário de Inscrição preenchido digitalmente pelo(a) candidato(a) e comprovadas através dos documentos enviados. Os documentos deverão ser enviados para o respectivo e-mail citado no **subitem 1.5** deste Edital.

5.1.1 É de responsabilidade do(a) candidato(a) o preenchimento do Formulário de Inscrição e envio de suas respectivas comprovações.

5.1.1.1 O envio do *e-mail* por terceiros contendo o Formulário de Inscrição preenchido e seus respectivos documentos comprobatórios será de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), não cabendo recurso ou contestação posterior.

5.1.2 O preenchimento divergente do Formulário de Inscrição em pelo menos dois campos (Instituição/local e/ou cargo/função e/ou nome do curso), em relação à documentação comprobatória enviada, não será considerado para fins de pontuação no respectivo item do BAREMA.

5.1.3 Quando o período apresentado no Formulário de Inscrição for divergente à declaração enviada, será considerado o período informado na comprovação, desde que os campos de “Instituição/local” e “cargo/função” estejam preenchidos corretamente no Formulário de Inscrição.

5.1.4 Não serão aceitos documentos ilegíveis, inválidos, não identificáveis, danificados, rasurados, colados, com sobreposição ou recorte de conteúdo, bem como *print* de tela.

5.1.5 Não serão aceitos documentos que constem o/a cargo/função/profissão distinto/a do/a solicitado/a no respectivo item do BAREMA, exceto quando o item do BAREMA permitir outro/a cargo/função/profissão.

5.1.6 Não será contabilizado o período de experiência profissional adquirido antes da conclusão do curso de nível médio, técnico ou graduação exigido como Requisito Básico para a bolsa pretendida.

5.1.7 Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor(a) juramentado(a), conforme Lei n.º 10.406, Art. 224, de 10 de janeiro de 2002.

5.1.7.1 Diploma e Certificado expedidos por instituições estrangeiras serão aceitos, desde que revalidados por instituição de ensino superior no Brasil.

5.1.8 O modelo de declaração constante no **ANEXO VI** deste Edital tem caráter exclusivamente referencial. O(a) candidato(a) deverá remover o timbre da FESF-SUS, a numeração da página e as informações do rodapé antes de sua utilização.

5.1.9 A qualquer tempo, comprovada irregularidade ou ilegalidade de dados ou condições nos documentos apresentados, ou ainda, irregularidade com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, assegurado o contraditório e a ampla defesa, o(a) candidato(a) terá anulada a respectiva pontuação, sendo excluído(a) da Seleção, ou terá o respectivo vínculo laboral encerrado, sem prejuízo das medidas cabíveis.

5.1.10 O(A) candidato(a) que prestar declaração falsa será excluído(a) do certame,

podendo responder nas esferas penal, civil e administrativa, garantida a possibilidade do contraditório e ampla defesa.

5.1.11 A FESF-SUS não se responsabiliza por documentos comprobatórios não recebidos por problemas de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, arquivos/anexos corrompidos, bem como fatores outros que impossibilitem a transferência de dados pelos candidatos, na tentativa do envio dos documentos comprobatórios.

5.2 Para comprovação do(s) REQUISITO(S) BÁSICO(S) e da(s) EXPERIÊNCIA(S) PROFISSIONAL(IS):

5.2.1 A comprovação **da(s) Experiência(s) Profissional(is) e/ou como Requisito(s) Básico(s)**, dos referidos itens do BAREMA das vagas - objetos da presente Seleção - será feita mediante encaminhamento do(s) documento(s) necessário(s), em sua integralidade, para o respectivo *e-mail* citado no **subitem 1.5** deste Edital:

- a) Os documentos devem ser apresentados em papel timbrado e/ou com logotipo, redigidos de forma legível e com todos os dados necessários à comprovação das exigências do(s) Requisito(s) Básico(s) e do(s) item(ns) de Experiência Profissional do BAREMA, tanto à identificação do(s) respectivo(s) órgão(s) expedidor(es) e da(s) instituição(ões) em que desenvolveu a(s) atividade(s), como do(s) responsável(is) pela(s) mesma(s), contendo período/data (início e fim), o/a cargo/função/profissão específico/a, objeto deste Edital, exceto quando o item do BAREMA permitir outro/a cargo/função/profissão, discriminação do serviço realizado com a descrição das atividades desenvolvidas, bem como a lotação/setor onde foi exercida a atividade, sob pena de não serem considerados para análise (*vide* modelo sugerido no **ANEXO VI** deste Edital). Para garantir a validade e a autenticidade dos documentos, é necessário incluir as seguintes informações, conforme padrão abaixo:
 - i. nome e assinatura do signatário e cargo/função ou número de matrícula ou número do conselho de classe da profissão ou número da Portaria/Decreto que institui a função; **ou**
 - ii. Assinatura do signatário e número do CNPJ da instituição emissora, cuja assinatura indique também cargo/função ou número de matrícula ou número do conselho de classe da profissão ou número da Portaria/Decreto que institui a função; **ou**
 - iii. Assinatura do signatário e autenticação do cartório, cuja assinatura indique também cargo/função ou número de matrícula ou número do conselho de classe da profissão ou número da Portaria/Decreto que institui a função); **ou**

- iv. Autenticação digital, desde que permita a verificação da autoria e da integridade do documento, cuja autenticação indique também cargo/função ou número de matrícula ou número do conselho de classe da profissão ou número da Portaria/Decreto que institui a função.
- b) Documento emitido por cooperativa, atestando a condição de cooperado(a), acrescido de declaração do tomador do serviço, conforme especificações descritas na **alínea “a”** deste **subitem 5.2.1**, sob pena de não ser considerado para análise;
- c) Contrato Social da empresa, devidamente assinado e registrado em cartório, acrescido de declaração de prestação de serviços emitida pelo contratante, conforme especificações descritas na **alínea “a”** deste **subitem 5.2.1**, sob pena de não ser considerado para análise;
 - i. A declaração deve conter o nome do(a) candidato(a), cargo/função exercido/a, mesmo que figure na condição de sócio(a) da pessoa jurídica contratada para prestação do serviço.
- d) Contrato de prestação de serviço(s) ou Recibo de Pagamento Autônomo (RPA), juntamente com a declaração do contratante, conforme especificações descritas na **alínea “a”** deste **subitem 5.2.1**, sob pena de não ser considerado para análise;
- e) Contrato de Trabalho, juntamente com o aditivo contratual e/ou declaração do contratante, conforme especificações descritas na **alínea “a”** deste **subitem 5.2.1**, sob pena de não ser considerado para análise:
 - i. Será considerado apenas o período anterior ao aditivo contratual, caso não seja encaminhada a declaração complementar.
- f) Para profissional autônomo(a) ou liberal, será aceita certidão emitida por Prefeitura Municipal (Inscrição Municipal de Autônomo), conforme especificações descritas na **alínea “a”** deste **subitem 5.2.1**, sob pena de não ser considerada para análise:
 - i. Deve constar na certidão: função, tempo de cadastro como autônomo(a) na função e descrição das atividades desenvolvidas.
- g) **O período de pós-graduação na modalidade de Residência** poderá ser considerado como Experiência Profissional ou como Formação Complementar. A comprovação da Residência deverá ser acrescida de **declaração** complementar, quando não constar(em) informação(ões) específica(s) (lotação, função, período, atividades desempenhadas) exigida(s) no respectivo item do BAREMA, conforme **alínea “a”** deste **subitem 5.2.1**, sob pena de não ser considerado para fins de pontuação. Caso o(a) candidato(a) preencha a Residência em mais de um item do BAREMA no Formulário de Inscrição, para Experiência Profissional e para Formação Complementar, será apenas

- considerada para o item de maior pontuação;
- i. O período de pós-graduação na modalidade de Residência poderá ser considerado como Experiência Profissional em itens diferentes do BAREMA, desde que as atividades estejam descritas na declaração, conforme subitem **5.2.1, alínea “a”** deste Edital;
 - h) **Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) digital**, constando obrigatoriamente a identificação do(a) profissional e a assinatura digital da DATAPREV. Caso a folha de contrato de trabalho não comprove a experiência específica do respectivo item do BAREMA, será obrigatório o acréscimo da declaração do empregador contendo as informações complementares, conforme especificações descritas na **alínea “a”** deste **subitem 5.2.1**. No caso de serviço em aberto (atuando), será considerada como data final o mês integral da última remuneração informada. Não será aceito print de tela;
 - i) **Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física digitalizada** constando obrigatoriamente a folha de identificação com número e série, a folha com a foto do(a) candidato(a), a folha com a qualificação civil e a folha de contrato de trabalho que informe o período (com início e fim), função e instituição. **CTPS física digitalizada com mais de 2 (dois) anos de serviço em aberto (atuando), é necessário o envio da declaração complementar que comprove a continuidade no vínculo. A ausência desta declaração complementar não ensejará na contabilização da referida experiência;**
 - j) Quando o(a) candidato(a) sinalizar no Formulário de Inscrição “atuando”, será considerada, como data final, aquela expressa na emissão do documento. Na ausência desta data, será utilizada a data de autenticação. Na ausência de ambas, o documento comprobatório não será considerado para fins de pontuação;
 - k) Nos casos em que as declarações, certidões, atestados ou Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) apresentarem o período de experiência profissional no formato mês/ano (exemplo: mar/2022), será considerado o mês integral. Nos casos em que os documentos comprobatórios constarem em formato de semestre (exemplo: 2022.1), será considerado o semestre integral. Não serão aceitas declarações que indiquem apenas o ano de exercício da função (exemplo: 2023).
 - l) Quando, no mesmo vínculo profissional (mesmos período e instituição), o(a) candidato(a) tiver exercido atividades diversas que se encaixam como Experiência Profissional **em itens diferentes do BAREMA**, poderá ser informado nos itens correlatos, desde que as atividades estejam descritas na declaração, conforme **subitem 5.2.1, alínea “a”** deste Edital;
 - m) Será considerado como tempo de experiência profissional somente aquelas experiências comprovadamente em atendimento às especificações descritas

nos respectivos itens do BAREMA e do Requisito Básico da vaga à qual está concorrendo;

- n) Declaração da instituição ou Certidão de Tempo de Serviço, efetivamente exercido no exterior, traduzida para a língua Portuguesa por tradutor(a) juramentado(a), que informe o período (início e fim) e a discriminação do serviço realizado;
- o) Será aceito certificado (frente e verso) para comprovação de experiência profissional de docência, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação (MEC), desde que atenda às exigências do item do BAREMA e esteja assinado;
- p) Não serão aceitas comprovações que tenham informações inseridas de forma manual: nome do(a) candidato(a), cargo/função, setor/lotação, período, instituição na qual exerceu as atividades, descrição das atividades e carga horária;
- q) Não serão aceitos documentos comprobatórios destinados a outras Instituições;
- r) Não serão aceitas declarações que informem apenas a carga horária para os itens da Experiência Profissional;
- s) As atividades voluntárias e estágios não serão consideradas como experiência profissional, à exceção das atividades relacionadas aos Programas Mais Médicos e de Residência;
- t) Não serão aceitos documentos ilegíveis, inválidos, não identificáveis, danificados, rasurados, colados, com sobreposição de conteúdo, com recorte de conteúdo e print de tela;
- u) Não serão aceitas autodeclarações para fins de comprovação;
- v) Não serão aceitos para fins de comprovação da Experiência Profissional os seguintes documentos: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), Termo de Compromisso, declaração de Imposto de Renda, contracheque, recibo de pagamento (que não esteja previsto neste Edital), nota fiscal, termo de concessão de bolsa, nomeações em Diário Oficial, Atos, Portarias e Decretos.

5.3 Para comprovação da(s) FORMAÇÃO(ÕES) COMPLEMENTAR(ES) e/ou como REQUISITO(S) BÁSICO(S):

5.3.1 Para fins de comprovação de conclusão de **cursos de ensino médio, técnico e de graduação**, serão considerados apenas aqueles correspondentes ao solicitado, em sua integralidade, a considerar as opções a seguir:

- a) Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), assinado e expedido por instituição de ensino credenciada pelo MEC (frente e verso); **ou**
- b) Certificado de conclusão de curso, reconhecido pelo Ministério da Educação

- (MEC), assinado e expedido por instituição de ensino credenciada pelo MEC (frente e verso); **ou**
- c) Declaração/Atestado de conclusão do curso, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), conforme critério de validade e autenticidade definidos no **subitem 5.2.1, alínea “a”** deste Edital; **ou**
 - d) Histórico escolar ou analítico de conclusão de curso, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), conforme critério de validade e autenticidade definidos no **subitem 5.2.1, alínea “a”** deste Edital; **ou**
 - e) Carteira de Identidade Profissional expedida pelo órgão fiscalizador de exercício da profissão com foto; **ou**
 - f) Carteira de Identidade Profissional expedida pelo órgão fiscalizador de exercício da profissão sem foto, acrescida de documento oficial de identificação com foto, com atenção ao **subitem 12.3** deste Edital.

5.3.2 Para fins de comprovação de conclusão de curso de **pós-graduação** serão considerados apenas aqueles correspondentes ao solicitado, em sua integralidade, a considerar as opções a seguir:

- a) Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), assinado e expedido por instituição de ensino credenciada pelo MEC (frente e verso); **ou**
- b) Certificado de conclusão de curso, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), assinado e expedido por instituição de ensino credenciada pelo MEC (frente e verso); **ou**
- c) Declaração/Atestado de conclusão do curso, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), conforme critério de validade e autenticidade definidos no **subitem 5.2.1, alínea “a”** deste Edital; **ou**
- d) Histórico escolar ou analítico de conclusão de curso, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), conforme critério de validade e autenticidade definidos no **subitem 5.2.1, alínea “a”** deste Edital.

5.3.3 Para fins de comprovação de conclusão de cursos de **capacitação, extensão, formação, aperfeiçoamento, atualização ou congresso** serão considerados apenas aqueles correspondentes ao solicitado no referido item do BAREMA, em sua integralidade, para pontuação, a considerar as opções a seguir:

- a) Certificado de conclusão de curso emitido pela instituição de ensino; **ou**
- b) Declaração/Atestado de conclusão de curso, conforme critério de validade e autenticidade definidos no **subitem 5.2.1, alínea “a”** deste Edital; **ou**
- c) Histórico escolar ou analítico de conclusão de curso, conforme critério de validade e autenticidade definidos no **subitem 5.2.1, alínea “a”** deste Edital.

5.3.4 Não será aceito o curso de nível médio, técnico ou graduação exigido como

Requisito Básico para fins de pontuação em Formação Complementar.

5.3.5 Não serão aceitos, para fins de contabilização na Formação Complementar, cursos de capacitação, extensão, aperfeiçoamento, atualização e congresso que não sejam relacionados à área do curso de nível médio, técnico ou graduação exigido como Requisito Básico, à exceção de quando tiver indicação expressa de aceitação de cursos fora da área de formação básica.

5.3.6 Não serão aceitas comprovações que tenham informações inseridas de forma manual: nome do(a) candidato(a), cargo/função, setor/lotação, período, instituição na qual exerceu as atividades, descrição das atividades e carga horária.

5.3.7 Não será aceito mais de um título para atingir a carga horária mínima em um mesmo item do BAREMA da Formação Complementar.

5.3.7.1 Não será aceito título na condição diversa da discente no item de Formação Complementar.

5.3.8 A comprovação de curso de capacitação, extensão, formação, aperfeiçoamento, atualização ou congresso, deverá conter a carga horária mínima apresentada em horas.

5.3.9 Cada título deverá apresentar a carga horária mínima exigida no respectivo item do BAREMA e será contabilizado individualmente.

5.3.9.1 A carga horária do título para os itens de Formação Complementar não é acumulativa.

5.3.9.2 Cada título só será aceito apenas para um item do BAREMA da Formação Complementar.

5.3.10 Não será analisada a documentação comprobatória referente ao(s) item(ns) de Formação Complementar do Formulário de Inscrição que contenha mais de uma informação, tais como instituição/local, nome do curso, carga horária.

5.3.11 Somente serão considerados cursos concluídos, à exceção de quando estiver expressa a aceitação de curso em andamento.

5.3.12 A FESF-SUS não se responsabiliza por documentos comprobatórios não recebidos por problemas de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, arquivos/anexos corrompidos, bem como fatores outros que impossibilitem a transferência de dados pelos candidatos, na tentativa do envio dos documentos comprobatórios.

6. DOS RECURSOS.

6.1 Caberá interposição de recurso fundamentado junto à FESF-SUS, o qual deverá ser preenchido digitalmente em formulário próprio, conforme caminho sinalizado

abaixo:

6.1.1 Acessar o endereço eletrônico da FESF-SUS (www.fesfsus.ba.gov.br/processos-seletivos), através de um computador desktop ou notebook, utilizando apenas os navegadores *Mozilla FireFox* ou *Google Chrome*;

6.1.2 Baixar o arquivo “FORMULÁRIO DE RECURSO”, não realizar alterações (mudança estrutural, modificação do conteúdo, exclusão do conteúdo), digitar os dados nos campos correspondentes:

- O Formulário de Recurso está disponível na página do Processo Seletivo no *site* www.fesfsus.ba.gov.br/processos-seletivos para *download* e preenchimento: “Recrutamento e Seleção” > “Processos Seletivos” > Clicar no ícone “Processos Seletivos” > Selecionar o filtro “em andamento” > Clicar no título da Seleção que deseja recorrer > Baixar o arquivo “Formulário de Recurso”.

6.1.3 Após preenchimento de forma digital, transformar, preferencialmente, o **Formulário de Recurso para o formato PDF** e encaminhar para o *e-mail* citado no **subitem 1.5** deste Edital, correspondente à bolsa pleiteada.

6.1.4 Não será analisado recurso cujo Formulário de Recurso esteja alterado (mudança estrutural, modificação do conteúdo, exclusão do conteúdo).

6.1.5 Não será analisado recurso cujo Formulário de Recurso não esteja relacionado com a presente Seleção.

6.1.6 Não será analisado recurso cujo conteúdo não esteja relacionado com a presente Seleção.

6.1.7 Será indeferido o recurso apresentado contra terceiros.

6.1.7.1 A manifestação em relação a terceiros, a ser realizada conforme o **subitem 6.1.7** deste Edital, deverá ser encaminhada por meio do canal de Ouvidoria da FESF-SUS e, não será tratada como recurso.

6.2 A interposição de recurso do processo seletivo, deverá ser encaminhada **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, a ser contado a partir da data de publicação do respectivo resultado, em formulário próprio, para o *e-mail* citado no **subitem 1.5** deste Edital, correspondente à bolsa.

6.3 Não será aceito recurso fora do prazo estabelecido em Edital.

6.4 O Formulário de Recurso deverá ser encaminhado de forma digital e **anexado como arquivo**, através do respectivo *e-mail* citado no **subitem 1.5** deste Edital, específico para este processo seletivo.

6.4.1 O Formulário de Recurso enviado no corpo do texto/corpo da mensagem do e-

mail não será analisado. Este documento deverá ser anexado como arquivo, conforme o **subitem 6.4** deste Edital.

6.4.2 Não será aceito o Formulário de Recurso compartilhado e armazenado em nuvem.

6.5 Recurso interposto em desconformidade com este Edital não será analisado.

6.6 Não serão aceitos novos documentos e/ou retificações das comprovações enviadas no período de inscrição, conforme **subitem 3.2** deste Edital, em qualquer etapa deste certame.

6.7 O prazo para interposição do recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

6.8 O recurso será recebido sem efeito suspensivo.

6.9 O(A) candidato(a) deve ser claro(a), consistente e objetivo(a) em seu pleito. Recurso inconsistente, intempestivo, desconforme aos parâmetros do critério de avaliação ou que desrespeite a Comissão de Processos de Seleção, será preliminarmente indeferido.

6.9.1 Para fins deste Edital, será considerado recurso inconsistente aquele cujo objeto não diga respeito à presente Seleção.

6.10 Se do exame de qualquer dos recursos houver anulação de requisito integrante do BAREMA que compõe o **ANEXO V** deste Edital, a pontuação respectiva será integralmente atribuída a todos os candidatos, independente de terem recorrido.

6.11 Todas as decisões recursais serão enviadas através de endereços eletrônicos, individualmente, até a divulgação do Edital de Resultado Final dos candidatos classificados.

6.12 A Comissão de Processos de Seleção da FESF-SUS constitui a última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais após emissão do julgamento do recurso interposto.

6.13 Após análise do recurso interposto, poderá haver a alteração da pontuação, bem como alteração da ordem de classificação ou eliminação no certame.

6.13.1 A nota do(a) candidato(a) poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

6.14 Será publicado Edital específico, após a análise do recurso, conforme o Cronograma previsto no ANEXO VIII deste Edital.

7. DA HOMOLOGAÇÃO.

7.1 Encerrada a fase recursal da última etapa, com o julgamento de eventual recurso na forma do **item 6** *retro*, a FESF-SUS procederá à homologação do resultado e à divulgação da lista de classificação final dos candidatos aprovados e classificados.

7.2 O Ato de homologação será publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e a respectiva lista de candidatos aprovados e classificados será divulgada no *site* da FESF-SUS (www.fesfsus.ba.gov.br/processos-seletivos).

7.3 É dever do(a) candidato(a) acompanhar a divulgação das informações e atos pertinentes a este Processo de Seleção Pública Simplificada através do *site* da FESF-SUS (www.fesfsus.ba.gov.br/processos-seletivos), não havendo qualquer responsabilidade desta Instituição por eventuais prejuízos decorrentes da não observância desta regra.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONCESSÃO DE BOLSA.

8.1 A convocação do(a) candidato(a) aprovado(a) e/ou do(a) candidato(a) classificado(a) ocorrerá conforme necessidade de preenchimento da(s) vaga(s) indicada(s) no **ANEXO III** deste Edital, nos termos do **subitem 1.10** deste Edital.

8.2 A FESF-SUS, através do Núcleo de Gestão de Pessoas (NUGEP), editará Ato Administrativo de convocação dos candidatos, a ser veiculado através do *site* institucional (www.fesfsus.ba.gov.br/processos-seletivos) e do Diário Oficial do Estado da Bahia.

8.2.1 Além da convocação, através do *site*, a FESF-SUS também poderá convocar o(a) candidato(a) aprovado(a) e/ou o(a) candidato(a) classificado(a) por correspondência para o endereço eletrônico, por meio do *e-mail* informado no Formulário de Inscrição e/ou pelo qual foram enviados os documentos para inscrição neste certame.

8.2.2 O(A) candidato(a) deverá manter atualizados os seus dados, inclusive o endereço residencial e o endereço para correspondência eletrônica, perante a FESF-SUS, somente através do e-mail atualiza.processoseletivo@fesfsus.ba.gov.br

8.3 São de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) os prejuízos advindos da não atualização dos dados pessoais.

8.4 O(A) candidato(a) aprovado(a) e/ou classificado(a) convocado(a) que não atender aos prazos determinados pelo NUGEP para assinatura do Termo de Concessão de Bolsa, bem como aquele(a) que deixar de apresentar qualquer um dos documentos especificados, seja qual for o motivo alegado, importará na perda da concessão da bolsa.

8.5 A convocação do(s) candidato(s) aprovado(s) e/ou o(s) candidato(s) classificado(s) na lista de pessoas com deficiência dar-se-á da seguinte forma: o(a) primeiro(a) candidato(a) com deficiência listado(a) no resultado final deste Processo de Seleção será convocado(a) para ocupar a quinta vaga disponibilizada para a

concessão da bolsa, enquanto os demais, seguindo a ordem de classificação, serão convocados a cada intervalo de vinte bolsas destinadas a candidatos sem tal condição específica.

9. TERMO DE CONCESSÃO DE BOLSA.

9.1 A atuação do(a) Apoiador(a) Pedagógico(a), dar-se-á pelo período de até 16 (dezesseis) meses, podendo estender-se até o tempo de duração do Projeto ao qual o(a) bolsista estará vinculado(a), mediante celebração de aditivo ao Termo de Concessão de Bolsa.

9.2 O desenvolvimento das atividades previstas neste Edital, sob nenhuma circunstância, estabelecerá vínculo empregatício com a FESF-SUS ou com a SESAB. Não haverá incidência tributária, nem recolhimento previdenciário e de FGTS.

9.3 Para assinatura do Termo de Concessão de Bolsa, o(a) candidato(a) convocado(a) deverá apresentar os seguintes documentos, mediante fotocópia:

- a) Atestado de antecedentes criminais;
- b) Carteira de Identidade – RG;
- c) CPF;
- d) Certificado de reservista;
- e) Título de eleitor;
- f) Comprovação de conclusão de curso superior nas áreas exigidas por este Edital, expedido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação;
- g) Comprovante de residência (conta de telefone, extrato bancário, ou de cartão de crédito, contendo a data de emissão dos Correios, no mês atual ou anterior);
- h) Carteira de trabalho e previdência social (página da foto, dos dados pessoais e do contrato de trabalho ativo) ou documento que comprova situação ativa em programa de graduação ou pós-graduação;
- i) Cópia de documento com o número da conta corrente e da Agência do Banco do Brasil;
- j) Uma foto 3x4 colorida (atualizada);
- k) Laudo médico original ou em cópia autenticada (nos casos de PcD);
- l) Autodeclaração de disponibilidade de carga horária semanal para desenvolvimento de atividades, de acordo com a descrição sumária das atividades de Apoiador(a) Pedagógico(a), estabelecida pela Coordenação do Projeto.

9.4 Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor(a) juramentado(a), conforme Lei n.º

10.406, Art. 224, de 10 de janeiro de 2002.

9.5 Ficará a FESF-SUS isenta de quaisquer responsabilidades financeiras relativas a deslocamentos e/ou hospedagens dos candidatos para participa nos encontros presenciais previstos no âmbito do Projeto.

10. DA INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DA BOLSA.

10.1  considerado(a) inadimplente com a FESF-SUS o(a) Bolsista que:

- a) Deixar de atender às normas previstas no Termo de Concessão de Bolsa que será assinado entre as partes;
- b) Não entregar, nos prazos estabelecidos, os produtos das atividades desenvolvidas;
- c) Afastar-se do Projeto por motivos não justificados.

10.2 As bolsas concedidas pela FESF-SUS nos termos do presente instrumento poderão ser canceladas, mediante comunicado, nas seguintes hipóteses, nas quais os pagamentos devidos aos respectivos Bolsistas serão automaticamente interrompidos:

- a) Caso o(a) Bolsista se torne inadimplente com a FESF-SUS;
- b) A pedido do(a) Coordenador(a) do Projeto, na hipótese de ser constatado por ele(a) desempenho insuficiente ou por outras circunstâncias consideradas relevantes;
- c) A qualquer tempo, a pedido do(a) Bolsista, mediante notificao  Instituio;
- d) Quando não possuir vínculos exigidos para a concessão;
- e) A qualquer tempo, se o(a) Bolsista tiver encerrado quaisquer vínculos exigidos para a concessão da bolsa, nos termos Anexo I, do Art. 17, do Ato Administrativo n. 091/2019 – DE da FESF-SUS.

10.3 O cancelamento da bolsa será formalizado por meio da assinatura do Termo de Encerramento de Bolsa firmado entre o(a) Bolsista e a FESF-SUS.

11. DAS VEDAOES.

11.1  vedada a concessão de bolsa a profissionais em exercício de funo gratificada e/ou cargo comissionado na FESF-SUS ou em demais instituioes.

11.2  vedada a concessão de bolsa a pessoa sem vínculo de trabalho formal, ativo ou inativo, ou vínculo com programa de graduao ou ps-graduao,  exceo daquelas bolsas na modalidade Estudante.

11.3  vedada a realizao das atividades vinculadas  bolsa, por parte dos empregados da FESF-SUS, no período de cumprimento da carga horária de trabalho.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Este Edital, de caráter público e amplamente divulgado, tem sua leitura integral como condição imprescindível para a inscrição no Processo Seletivo. Portanto, é de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) inscrito(a) a leitura completa deste documento, não podendo alegar desconhecimento das informações aqui contidas.

12.2 A inscrição constitui, para todos os efeitos legais, como forma de expressa aceitação, por parte do(a) candidato(a), de todas as condições, normas e exigências constantes neste Edital, bem como os Atos que forem expedidos sobre o referido Processo Seletivo.

12.3 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título eleitoral, carteira nacional de habilitação (modelo sem foto), carteira de estudante ou carteiras funcionais sem valor de identidade.

12.3.1 Não serão aceitos documentos ilegíveis, inválidos, não identificáveis, danificados, rasurados, colados, com sobreposição de conteúdo, com recorte de conteúdo e *print* de tela.

12.4 A FESF-SUS não se responsabiliza por arquivos/anexos corrompidos ou danificados, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como fatores outros que impossibilitem a transferência de dados pelos candidatos na tentativa de participar do presente processo seletivo em quaisquer etapas.

12.5 Não haverá publicação da relação de candidatos eliminados, conforme **subitem 4.3** deste Edital, assim como não serão fornecidos atestados, declarações, certificados ou certidões relativas à habilitação de candidatos a terceiros, valendo-se, para tal, apenas as publicações oficiais constando a classificação e pontuação de candidatos aprovados e classificados.

12.5.1 Não serão disponibilizadas a terceiros as informações e documentos pessoais dos candidatos, conforme o disposto no art. 31 da Lei n.º 12.527/2011, garantindo a proteção dos dados e o sigilo das informações.

12.6 Havendo remanescentes de vagas, a FESF-SUS formará cadastro de reserva a ser utilizado conforme necessidade da Instituição, nos termos dispostos no **subitem 1.10** deste Edital.

12.7 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafotécnico ou investigação policial, que o(a) candidato(a) fez uso de meios ilícitos, sua classificação será anulada, sendo automaticamente eliminado(a) do certame.

12.8 A FESF não se responsabilizará por quaisquer publicações referentes às matérias deste Processo Seletivo que não sejam oficialmente divulgadas, assim como

por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste Edital.

12.9 Informações e orientações sobre o Processo Seletivo Simplificado poderão ser obtidas no *site* oficial da FESF-SUS (www.fesfsus.ba.gov.br/processos-seletivos).

12.10 É de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) manter o seu endereço eletrônico e telefone(s) de contato atualizado(s) junto à FESF-SUS, durante o prazo de validade do Processo Seleção Pública Simplificada, conforme **subitem 8.2.2** deste Edital.

12.11 O(A) candidato(a) fica ciente de que, no ato voluntário de inscrição, concorda com a publicidade de dados, tais como seu nome completo, notas e resultados advindos do certame para o qual se inscreveu, em obediência ao preceito constitucional esculpido no caput do art.º 37 da Constituição da República, de 1988, ao inciso III do art. 2º, §3º do inciso X do art. 7º e aos incisos II, III e IV do mesmo artigo da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

12.12 Os prazos estabelecidos neste Edital (**ANEXO VIII**) são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, devendo ser observados pelos mesmos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de documentos fora das datas estabelecidas.

12.13 A FESF reserva-se o direito de promover as correções que se fizerem necessárias, em qualquer etapa/fase do Processo Seletivo, ou posterior, em razão de atos ou fatos não previstos, respeitadas as normas e os princípios legais da autotutela.

12.14 Serão incorporados a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer alterações, retificações, atualizações, atos complementares, avisos, comunicados e convocações, relativos a este Processo Seletivo.

12.15 Na eventualidade de ser necessário o cumprimento, por decisão judicial, de quaisquer etapas deste Processo Seletivo, referentes a(à) candidato(a) *sub judice* em cumprimento à modalidade de investidura, conforme o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, será publicado Edital para atender a essa determinação específica.

12.16 Sugestões relativas ao presente Edital deverão ser encaminhados por meio do e-mail nugep.rs@fesfsus.ba.gov.br

12.17 Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário oficial de Brasília - DF.

12.18 Todos os Atos da FESF-SUS e da Comissão de Processo de Seleção serão divulgados no *site* www.fesfsus.ba.gov.br/processos-seletivos

12.19 As datas do Cronograma poderão sofrer alterações e as atualizações serão

divulgadas na página do respectivo processo seletivo, através do *site* www.fesfsus.ba.gov.br/processos-seletivos

12.20. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos fortuitos ou de força maior serão decididos pela Comissão de Processos de Seleção, devidamente nomeada pela Diretoria Geral da FESF-SUS, no que tange à realização deste Processo Seletivo.

Salvador/Bahia, 19 de junho de 2026.

Bruno Guimarães de Almeida
Diretor-Geral da FESF-SUS

ANEXO I

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO PROJETO

O Projeto de Educação Permanente visa oportunizar os trabalhadores e gestores da SESAB, bem como àqueles que atuam diretamente nos Serviços de Atenção Integral à Saúde dos Trabalhadores, no Grupo de Apoiadores da Humanização e nos Núcleos de Gestão do Trabalho e Educação, a qualificação na temática de equidade de gênero, raça e etnia no âmbito do trabalho em saúde no SUS/Bahia, estimulando que se tornem multiplicadores e atuantes em seus serviços. Considera-se a educação em saúde como uma das estratégias mais efetivas de qualificação dos trabalhadores e da gestão, com vistas à transformação das práticas de saúde e à melhoria da qualidade da assistência.

Objetivo Geral:

- Qualificar os trabalhadores e gestores para serem multiplicadores dos dispositivos de promoção da equidade de gênero, raça e etnia no trabalho em saúde no âmbito do SUS/Bahia, considerando as interseccionalidades existentes.

Objetivos Específicos:

- Promover um processo de educação permanente nas temáticas de equidade de gênero, raça e etnia no SUS/Bahia, de modo a sensibilizar gestores, trabalhadores para transformação de estruturas machistas, sexistas, racistas, lgbtqiapn+fóbicas, anticapacitistas, gordofóbicas presentes no trabalho na saúde;
- Favorecer a criação de um ambiente institucional seguro e que contribua para o enfretamento do machismo cultural, das formas de misoginia, sexismo, discriminação étnico-racial, religiosa, geracional, orientação sexual e identidade de gênero ou quaisquer outras formas de preconceito;
- Estimular a revisão e formulação de fluxos e ações que promovam relações sociais mais humanizadas no trabalho, além da prevenção e combate ao assédio moral e sexual e outras violências no trabalho compreendendo a dimensão de gênero e raça;
- Fomentar o uso de comunicação não-violenta e práticas humanizadas na relação do trabalho no SUS/Bahia saúde.

Modelo Pedagógico:

A formação será ofertada na modalidade de Educação à Distância (EaD), com

encontros presenciais e/ou síncronos, e tomará como base uma metodologia participativa, problematizadora com a simulação de casos problemas levantados no cotidiano do trabalho, uso de tecnologias leves como dinâmicas, jogos, filmes, músicas, etc. A aposta em uma metodologia participativa teórico-metodológica que contribui na articulação dos conteúdos, intenções e trocas de experiências, orientada pela ação reflexão-ação e pelos princípios do diálogo, da participação e da criticidade. Esses processos serão facilitados a partir de rodas de diálogo, conversas dialogadas, trabalho em grupo, aulas expositivas e leitura de textos.

A proposta está estruturada em 04 módulos, com carga horária de 24 horas cada, que serão ministrados no formato EaD síncrono, um momento EaD síncrono para apresentação dos Planos de Ação (16 horas), um momento presencial em Salvador para aula magna e exposição dos Planos em formato de banner (8 horas), totalizando 120 horas

O curso está ligado à Coordenação de Humanização do Trabalho na Saúde, vinculada à Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde da Superintendência de Recursos Humanos da SESAB/Bahia e possui relação com as ações desenvolvidas por essa coordenação para efetivar a Política Estadual de Humanização da Atenção e da Gestão do SUS - Bahia.

ANEXO II

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

APOIADOR(A) PEDAGÓGICO(A):

- Levantar dados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do Curso, quando solicitado pelas coordenações pedagógica e administrativa, referentes ao processo de qualificação e desempenho dos discentes na plataforma, com vistas à elaboração de relatórios de natureza andragógica;
- Participar das oficinas pedagógicas de formação e de programação, junto aos docentes e tutores para alinhamento consoante ao objetivo do curso;
- Atender, com brevidade, às necessidades sinalizadas pela Coordenação Pedagógica e Administrativa, evitando prejuízos ao bom andamento do curso e cumprimento de seu cronograma;
- Efetuar mudanças ou alterações no AVA, quando solicitadas pelos tutores e discentes, somente, após consenso com as coordenações do Curso;
- Sugerir mudanças no AVA e sua utilização, quando julgar pertinente e favorável ao bom andamento do curso e melhor proveito pelos discentes, com vistas a um aprendizado mais qualificado.

ANEXO III

QUADRO DE VAGAS

BOLSA	DISPONIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA SEMANAL	A.C	PcD	P.N	P.I	P.Q	P.T/T
Apoiador(a) Pedagógico(a)	24 horas	01 + C.R	C.R	C.R	C.R	C.R	C.R

C.R = cadastro de reserva

PcD = Pessoa com Deficiência

P.N = Pessoa Negra (Preta ou Parda)

P.I = Pessoa Indígena

P.Q = Pessoa Quilombola

P.T/T = Pessoa Travesti ou Transexual

Obs.: Do total de vagas destinadas para a presente Seleção, e das vagas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do certame, 5% (cinco por cento) ficarão reservadas aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência, 25% (vinte e cinco por cento) ficarão reservadas aos candidatos que se autodeclararem negros (pretos ou pardos), 3% (três por cento) para indígenas, 2% (dois por cento) para quilombolas e 2% (dois por cento) para travestis e transexuais, conforme os **subitens 3.11.2, 3.12.3, 3.13.2 e 3.14.2** deste Edital.

ANEXO IV

REQUISITOS BÁSICOS, BOLSA E DISPONIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA

APOIADOR(A) PEDAGÓGICO(A)

REQUISITOS BÁSICOS* PARA INSCRIÇÃO:

- Diploma ou Certificado ou Declaração/Atestado ou Histórico Escolar, devidamente registrado/a, de conclusão de curso superior (bacharelado ou licenciatura ou tecnólogo) **na área** de Tecnologia da Informação, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), expedido/a por instituição de ensino superior credenciada pelo MEC **ou** Carteira de Identidade Profissional expedida pelo órgão fiscalizador de exercício da profissão correspondente à formação do curso superior na área Tecnologia da Informação; **e**
- Experiência profissional **de nível superior**, de no mínimo 6 (seis) meses, no suporte **e/ou** na administração de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

* Nos termos dos **subitens 5.2 e 5.3** deste Edital.

Valor bolsa: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Disponibilidade de carga-horária: 24 horas semanais.

ANEXO V

BAREMA

APOIADOR(A) PEDAGÓGICO(A)

Percentual de corte: 30% (trinta por cento)

ITEM	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	VALOR*	VALOR MÁXIMO
01	Experiência como profissional de nível superior, no suporte e/ou na administração de Ambiente Virtual de Aprendizagem <i>Moodle</i> , em instituição pública e/ou privada.	14 pontos/ano	28 pontos
02	Experiência como profissional de nível superior, no suporte e/ou na administração de Ambiente Virtual de Aprendizagem, em instituição pública e/ou privada.	10 pontos/ano	20 pontos
03	Experiência como profissional de nível superior, no suporte ao usuário em recursos de Tecnologia da Informação, em instituição pública e/ou privada.	08 pontos/ano	16 pontos
04	Experiência como profissional de nível superior, no uso de ferramentas de design, tais como: Canva, CapCut, Genially, Piktochart, Adobe Express, entre outras.	06 pontos/ano	12 pontos
VALOR MÁXIMO DE PONTOS			76
ITEM	FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	VALOR	VALOR MÁXIMO
01	Especialização na área de Tecnologia da Informação com carga horária mínima de 360 horas.	14 pontos	14 pontos
02	Curso de capacitação/extensão/formação/aperfeiçoamento/atualização ou congresso, na área de Tecnologia da Informação, com carga horária mínima de 40 horas.	10 pontos	10 pontos
VALOR MÁXIMO DE PONTOS			24
PONTUAÇÃO TOTAL 100			

* o cômputo dos itens da Experiência Profissional será realizado por dia.

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL

<PAPEL TIMBRADO/ LOGOTIPO DA INSTITUIÇÃO>

DECLARAÇÃO

Declaro, que xxxxxxxxxxxx, CPF n.º 000.000.000-00, exerce o/a cargo/função de xxxxxxxxxxxx, no(a) *(instituição)*, lotado(a) no (setor/área), desde (data) até a *presente data*, desenvolvendo as seguintes atividades relacionadas abaixo (*discriminação do serviço realizado com a descrição das atividades desenvolvidas*):

Local / data
Nome do signatário
Autenticação
Telefone(s) e e-mail de contato

NOTA¹: Este modelo de declaração tem caráter exclusivamente referencial. O(A) candidato(a) deverá remover o timbre da FESF-SUS, a numeração da página e as informações do rodapé antes de sua utilização, nos termos do **subitem 5.1.8** deste Edital.

NOTA²: Nos termos do **subitem 5.2.1** deste Edital.

ANEXO VII

TERMO DE CONCESSÃO DE BOLSA

CONCEDENTE: FUNDAÇÃO ESTATAL SAÚDE DA FAMÍLIA FESF-SUS, Fundação Pública com sede na capital do Estado da Bahia, na Av. Estados Unidos, Ed. Cidade do Salvador, n.º 397 - 2º andar - Comércio, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **11.020.634/0001-22**, neste ato representada pelo Diretor-Geral, Bruno Guimarães de Almeida, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta capital, concedente, usando das atribuições que lhe confere o Ato Administrativo n.º 091/2019 – DE, **Regulamento de Concessão de Bolsas**, Anexo I, no capítulo I, Art. 5º, defere sobre a bolsa, especificada no presente termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO			
Título do Projeto: Projeto de Educação Permanente da Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia.			
BENEFICIÁRIO(A)			
<input type="checkbox"/> Tutor(a) <input type="checkbox"/> Conteudista <input type="checkbox"/> Estudante/Residente <input type="checkbox"/> Preceptor(a) <input type="checkbox"/> Apoiador(a) Pedagógico(a)/ Administrativo <input type="checkbox"/> Coordenador(a) do Projeto <input type="checkbox"/> Coordenador(a) Pedagógico(a)			
Nome do(a) Bolsista:		Nacionalidade:	Estado Civil:
Profissão:	Documento de identidade nº	Órgão Emissor/UF	CPF n.º
Data de Nascimento:	Telefone/Celular:	E-mail:	
Nome da Mãe:			
Endereço:			
Complemento:	Cidade:	Estado:	
CEP:			
Banco:	Agência:	C/C:	

Cláusula Primeira - DA FINALIDADE

As bolsas devem ser concedidas para atender projetos de ensino, pesquisa e atividades de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico, de informação e de gestão, nas áreas de educação, saúde e afins, e que qualquer outra finalidade para concessão de bolsas contraria sua natureza jurídica e lhes retira a característica específica de atividade de fomento.

Cláusula Segunda – DA RESPONSABILIDADE

O(A) BENEFICIÁRIO(A) se responsabiliza pela veracidade e integridade das informações ora registradas e declara que tem disponibilidade para atuar no projeto, bem como conhecimento do inteiro teor do mesmo e das normas legais relativas à remuneração e das disposições constantes no Regulamento para Concessão de Bolsas da FESF-SUS, Ato Administrativo n.º 091/2019 – DE, Deliberação do Conselho Curador FESF n.º 100,

da reunião ordinária de n.º 50, de 23 de maio de 2014.

Parágrafo único: O(a) beneficiário(a) que praticar qualquer transgressão ao que está previsto nesta Cláusula sujeitar-se á às penalidades previstas nas normas legislação vigente.

Cláusula Terceira – DOS PRODUTOS

Os Bolsistas deverão elaborar e encaminhar os produtos à FESF-SUS, por meio do Coordenador do projeto, nos prazos, fluxo e datas previstos no cronograma do projeto. O recebimento da bolsa fica condicionado à entrega dos Produtos e frequência, conforme previsto ao Projeto que esteja vinculado.

Cláusula Quarta - DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

A propriedade intelectual sobre os resultados do programa ou projeto a que o beneficiário da bolsa estiver ligado, obedecerá às normas vigentes na instituição e a legislação que regulamenta a matéria.

Parágrafo primeiro: No decorrer do período de recebimento da bolsa, e nos 02 (dois) anos após seu término, o Bolsista não revelará quaisquer informações confidenciais ou particulares do projeto sem o consentimento prévio e escrito da instituição responsável pelo projeto, através do seu Coordenador.

Parágrafo segundo: Permitida a divulgação das informações, por escrito, através do Coordenador do projeto, o autor deverá fazer expressa referência às instituições envolvidas, destacando a participação da FESF-SUS e fornecendo-lhe exemplares da obra publicada.

Cláusula Quinta - DO CANCELAMENTO

O cancelamento da Bolsa será formalizado por meio do Termo de Encerramento da Concessão de Bolsa firmado entre o Bolsista e a FESF-SUS (Anexo I), fundamentado a partir das hipóteses previstas nos artigos 15 e 16 do Anexo I, Ato Administrativo n.º 091/2019 - DE da Deliberação do Conselho Curador FESF n.º 100, da reunião ordinária de n.º 50, de 23 de maio de 2014.

Parágrafo primeiro: Será cancelada a concessão de bolsa a profissionais que venham exercer função gratificada e/ou cargo comissionado da FESF-SUS e demais instituições.

Parágrafo segundo: O cancelamento da bolsa será formalizado por meio da assinatura do Termo de Cancelamento da Bolsa firmado entre o Bolsista e a FESF.

Cláusula Sexta - DAS RESTRIÇÕES

Fica expressamente vedada a realização das atividades vinculadas à bolsa, por parte dos empregados da FESF, no período de cumprimento da sua carga horária de trabalho.

Cláusula Sétima - DA VINCULAÇÃO

A concessão de bolsas a servidores e não servidores da instituição ou de qualquer outra, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

Cláusula Oitava - DAS OBRIGAÇÕES

O BENEFICIÁRIO se obriga a comprovar e manter durante todo o período do projeto que está vinculado, as condições necessárias a percepção da bolsa de acordo com o mesmo.

Cláusula Nona - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Salvador para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo.

E por estarem justos e acordados as partes juntamente com duas testemunhas do presente termo assinando duas vias de igual forma e teor.

Local e data:

Beneficiário(a)

Coordenador(a) do Projeto

Bruno Guimarães de Almeida
Diretor-Geral da FESF-SUS

ANEXO VIII

CRONOGRAMA PREVISTO

EVENTO	DATA PREVISTA*
Divulgação do Edital no <i>site</i> institucional da FESF-SUS.	19/06/2026
Início e término das inscrições com encaminhamento dos documentos comprobatórios de Requisito(s) Básico(s), Experiência(s) Profissional(is) e Formação(ões) Complementar(es), para o respectivo <i>e-mail</i> citado no subitem 1.5 e envio do Formulário de Inscrição preenchido.	A partir do dia 19 de junho de 2026 até as 23h59 do dia 26 de junho de 2026
Publicação do resultado da Etapa 02 – Análise Curricular.	30/06/2026
Prazo para interposição de recurso da Etapa 02 – Análise Curricular.	até as 23h59 do dia 01/07/2026
Publicação do resultado da Etapa 02 – Análise Curricular, após recurso.	06/07/2026
Convocação para a Etapa de Heteroidentificação Étnico-Racial e de comprovação documental (pessoas negras, indígenas e quilombolas).	06/07/2026
Realização da Etapa de Heteroidentificação Étnico-Racial.	08/07/2026
Publicação do resultado da Etapa de Heteroidentificação Étnico-Racial e de comprovação documental (pessoas negras, indígenas e quilombolas).	09/07/2026
Prazo para interposição de recurso da Etapa de Heteroidentificação Étnico-Racial e de comprovação documental (pessoas negras, indígenas e quilombolas).	até as 23h59 do dia 10/07/2026
Divulgação do Resultado Final.	13/07/2026
Homologação.	13/07/2026

*As datas aqui previstas poderão ser alteradas no caso de ocorrência de fato relevante.

As alterações no cronograma serão divulgadas através do *site*
www.fesfsus.ba.gov.br/processos-seletivos